

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC-PR

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

330 ANALISTA JURÍDICO



CADERNO DE PROVAS - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém sessenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 60, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta da prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 7 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 8 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 9 A duração total das provas objetiva e discursiva é de 3 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 10 Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 12 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 13 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 14 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **22/01/2017** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **23/01/2017** – A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

TIPO 4 B

ANJ330

INSTITUTO
QUADRIX

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

Para responder às **questões de 1 a 3**, leia o texto abaixo.

Administrador judicial da Oi deve divulgar nova lista de credores em janeiro

Primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas

Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador que trata diretamente da recuperação judicial da empresa, disse o diretor financeiro da operadora de telefonia, Ricardo Malavazi Martins, em reunião com analistas e investidores.

Segundo Martins, há algumas contestações sendo feitas em cima da primeira lista apresentada em junho. "Estamos na segunda onda que é: o administrador judicial recebeu todas as objeções e modificações que os credores já colocaram e deve publicar uma segunda lista", disse o executivo.

"A partir dessa lista, vai haver outra rodada em que os credores vão poder fazer objeções diretas ao juiz e não mais ao administrador judicial para que a empresa possa se posicionar. Com a lista definida você define quem são os credores. É um processo lento... mas não temos como acelerar", acrescentou. A primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas.

Nos últimos dias, uma proposta alternativa ao plano de recuperação judicial da Oi foi apresentada à empresa por um grupo de credores que se aliou ao bilionário egípcio Naguib Sawiris. A proposta prevê troca de dívida por ações e prevê R\$ 37 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos. O plano prevê que os credores vão assumir controle da Oi em uma operação de troca de dívida por ações na qual R\$ 24,82 bilhões em dívida serão trocados por 95% do patrimônio líquido da Oi.

Martins evitou comentários específicos sobre a proposta alternativa apresentada na sexta-feira. Ele estimou que uma proposta consensual para a recuperação da Oi poderá ser divulgada até o fim de março de 2017. "Nossa expectativa é que no primeiro trimestre a gente consiga formular outro plano que possa ser encaminhado a uma assembleia de uma forma negociada", disse Martins.

(g1.globo.com)

QUESTÃO 1

A respeito da construção frasal em "Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador", assinale a alternativa em que haja uma análise correta.

- (A) Trata-se de uma construção com verbo na voz ativa, já que o sujeito é agente e o verbo é transitivo direto complementado por objeto direto.
- (B) É uma construção com verbo na voz passiva analítica, o que se comprova pela presença de uma locução verbal contendo um particípio e de um agente da passiva.
- (C) É uma construção de voz passiva sintética, ou pronominal, até porque há a presença do pronome apassivador, ou partícula apassivadora.
- (D) Trata-se de um período composto com verbos na voz ativa, o que se comprova pela ausência de sujeito e de agente da passiva.
- (E) Trata-se de um raro exemplo de voz reflexiva recíproca com apenas um agente, já que a reciprocidade se percebe apenas implicitamente.

QUESTÃO 2

Observe a utilização do verbo "haver" em "A partir dessa lista, vai haver outra rodada". Sobre ela, analise as afirmativas.

- I. Ao participar de uma locução verbal, o verbo "haver", impessoal nesse contexto, torna toda a locução impessoal.
- II. Caso a expressão "outra rodada" seja substituída por "outras rodadas", a locução "vai haver" teria de ser substituída por "vão haver", para manter a adequação às normas de concordância verbal.
- III. Como ocorre em locuções verbais, uma das ocorrências verbais está em uma forma nominal – nesse caso, é um infinitivo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

QUESTÃO 3

Observe as duas ocorrências de “que” em “Nossa expectativa é que no primeiro trimestre a gente consiga formular outro plano que possa ser encaminhado a uma assembleia de uma forma negociada”. Sobre elas, assinale a alternativa em que haja uma análise correta.

- (A) Ambas as ocorrências classificam-se morfologicamente como conjunções, embora uma seja integrante e a outra, subordinativa adjetiva.
- (B) Ambas as ocorrências são classificadas morfologicamente como conjunções, embora uma delas apresente função sintática e a outra, não.
- (C) A primeira ocorrência é classificada morfologicamente como conjunção integrante; a segunda, como pronome relativo.
- (D) Ambas classificam-se como pronomes relativos, já que cumprem a mesma função de retomar um termo anterior, mantendo a coesão textual.
- (E) A primeira ocorrência é classificada morfologicamente como conjunção coordenativa; a segunda, como conjunção subordinativa adverbial.

Para responder às questões 4 e 5, leia os quadrinhos abaixo.



(www.umsabadoqualquer.com)

QUESTÃO 4

Quanto à tirinha como um todo, analise as afirmativas.

- I. O principal objetivo dos quadrinhos é construir o humor por meio da polissemia da palavra "sonhos".
- II. As reticências, no segundo quadrinho, marcam a dificuldade do pai (de chapéu) de se comunicar com o filho, já que não compreende as palavras do menino.
- III. A palavra "direitinho" apresenta-se no diminutivo para marcar o tamanho reduzido dos sonhos do garoto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 5

Em "porque na vida temos que ganhar dinheiro":

- (A) a palavra "que" atua como preposição, conectando os verbos entre si.
- (B) a palavra "porque" deveria ser substituída por "porquê", para garantir a correção gramatical.
- (C) a palavra "porque" deveria ser substituída por "porquê", para garantir a correção gramatical.
- (D) o sujeito é simples (vida).
- (E) a forma verbal "ganhar" está no futuro do subjuntivo.

As questões 6 e 7 são baseadas no Manual de Redação da Presidência da República.

QUESTÃO 6

Uma das características de um texto oficial, segundo o Manual de Redação da Presidência da República, é a clareza. Para que tal clareza se mantenha, é imprescindível não haver ambiguidade. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única em que não haja ambiguidade.

- (A) O Ministro comunicou a seu secretariado que ele seria exonerado.
- (B) Em seu discurso o Deputado saudou o Presidente da República. No pronunciamento, solicitou a intervenção federal em seu Estado, o que não surpreendeu o Presidente da República.
- (C) Roubaram a mesa do gabinete em que eu costumava trabalhar.
- (D) Sendo indisciplinado, o Chefe admoestou o funcionário.
- (E) Depois de examinar o paciente, uma senhora chamou o médico.

QUESTÃO 7

"O uso de pronomes e locuções pronominais de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa. De acordo com Said Ali, após serem incorporados ao português os pronomes latinos tu e vos, “como tratamento direto da pessoa ou pessoas a quem se dirigia a palavra”, passou-se a empregar, como expediente linguístico de distinção e de respeito, a segunda pessoa do plural no tratamento de pessoas de hierarquia superior."

Brasil. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002, p. 9. Adaptado.

A respeito do emprego dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) Em qualquer comunicação oficial dirigida a um funcionário público, deve-se empregar o superlativo "digníssimo", já que a dignidade é pressuposto para que se ocupe um cargo público.
- (B) O vocativo "Magnífico" corresponde à forma "Vossa Magnificência", assim como "Eminente", à "Vossa Eminência".
- (C) Em comunicações oficiais dirigidas ao Presidente da República, emprega-se a forma "Excelentíssimo Senhor", seguida da designação do cargo.
- (D) Qualquer autoridade do poder público é tratada com o vocativo "Senhor", seguido do respectivo cargo, independentemente de qual seja ele.
- (E) Em comunicações oficiais dirigidas a senadores, emprega-se a forma "Doutor", já que esse título acadêmico é requisito para que se ocupe o cargo.

QUESTÃO 8

Em uma empresa há 520 funcionários operacionais e 65% desses funcionários são do sexo feminino. Após um programa de demissão voluntária, 20 funcionários do sexo masculino se desligaram da empresa. Após esse processo, surgiu uma vaga de supervisor e haverá escolha entre os funcionários para o cargo. Supondo que todos tenham as mesmas qualificações, qual a probabilidade de uma mulher ser escolhida para o cargo?

- (A) 67,6%.
- (B) 65,0%.
- (C) 70,0%.
- (D) 50,0%.
- (E) 66,0%.

QUESTÃO 9

Sejam dois conjuntos A e B. Considere as afirmações a seguir.

- I. $A \supset B$.
- II. A não é um conjunto vazio.
- III. $A - B = \emptyset$.

Considere que as afirmações acima sejam verdadeiras. É possível concluir que:

- (A) $B = \emptyset$
- (B) $B \not\subset A$
- (C) $A = B$
- (D) $B \in A$
- (E) $A \cap B = \emptyset$

QUESTÃO 10

Um analista de compras aprova 20% dos processos que são enviados a ele pela primeira vez. Os restantes são devolvidos aos setores de origem para correções. Um setor encaminhou quatro processos para esse analista. A probabilidade de que, pelo menos, um desses processos seja aprovado sem correções é, aproximadamente:

- (A) 72%.
- (B) 67%.
- (C) 41%.
- (D) 59%.
- (E) 48%.

QUESTÃO 11

Uma empresa que faz recebimentos em dinheiro concluiu que 2% de todas as notas que recebe são falsas. Com base na probabilidade frequentista, a probabilidade de receber três notas falsas na sequência é igual a:






- (A) 6%.
- (B) 0,0008%.
- (C) 8%.
- (D) 0,024%.
- (E) 2%.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 12

Uma pasta na unidade C de um computador com o Sistema Operacional Windows possui os seguintes arquivos:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 Apresentação	28/08/2016 21:14	Apresentação ...	137 KB
 imagem	23/05/2016 17:17	Imagem JPEG	273 KB
 Modelo	27/03/2016 14:59	Planilha do Mi...	15 KB
 musica	06/08/2016 23:33	Som no Forma...	8.755 KB
 Proposta	09/03/2016 08:52	Documento do...	12 KB

O tamanho aproximado dessa pasta no disco é de:

- (A) 9.192 bytes.
- (B) 9.192.000.000 bits.
- (C) 9.192.000 bytes.
- (D) 73.536 bytes.
- (E) 9.420.800.000 bits.

QUESTÃO 13

No Microsoft Word 2010 em português em condições ideais:

- (A) para selecionar todo o texto do documento em edição, pressiona-se a combinação de teclas CTRL + A.
- (B) a combinação de teclas CTRL + Z permite desfazer apenas o último procedimento (ou comando) executado, mesmo que pressionada várias vezes.
- (C) pressionando-se a combinação de teclas SHIFT e seta para baixo, todas as linhas da posição do curso até o final do documento serão selecionadas.
- (D) para salvar um documento com senha, é necessário baixar e instalar um *plug-in* adicional ao Word, chamado Microsoft Security.
- (E) é possível salvar um documento no formato PDF, que é um formato de arquivo usado para exibir e compartilhar documentos de maneira compatível, independentemente de *software*, *hardware* ou Sistema Operacional.

QUESTÃO 14

Considere a planilha a seguir, criada no Microsoft Excel 2010 em português.

	A	B
1	CUSTOS FIXOS MENSAIS	
2	Propaganda e publicidade	500,00
3	Treinamento Pessoal	1.200,00
4	Aluguel	600,00
5	Energia Elétrica	450,00
6	Material escritório	750,00
7	Telefones	500,00
8	Pró-labore	5.100,00
9	Tarifas Bancárias	400,00
10	TOTAL DE CUSTOS FIXOS MAIORES QUE 1000	6.300,00

A fórmula digitada na célula B10 para somar somente os valores maiores do que 1000 do intervalo de células de B2 a B9 foi:

- (A) =SOMA(B2:B9;SE(">1000"))
- (B) =CALCULAR(SE(B2:B9)>1000;SOMA())
- (C) =SOMASE(B2:B9,>1000)
- (D) =SOMASE(B2:B9;">1000")
- (E) =SE((B2:B9)>1000,SOMA)

QUESTÃO 15

Um computador do escritório com sistema operacional Windows 7 Professional em português é utilizado por vários funcionários. Cada funcionário utiliza seu nome de usuário e sua senha para acessar seu perfil de área trabalho. Por questões de segurança, quando um funcionário sai do computador momentaneamente, deve bloqueá-lo para que ninguém o utilize com seu perfil. Ao retornar ao computador, o funcionário pode retornar à sua área de trabalho digitando sua senha. Para bloquear o computador, o funcionário deve:

- (A) pressionar CTRL + Alt + Delete e selecionar a opção Bloquear este computador.
- (B) entrar no Painel de Controle e escolher a opção Bloquear computador.
- (C) clicar no ícone do cadeado na área de trabalho.
- (D) pressionar Windows + R, digitar *locked* no campo Abrir e clicar no botão OK.
- (E) clicar no ícone do cadeado que fica na barra de tarefas, no canto inferior direito da tela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

De acordo com disposição expressa da Constituição, a República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais pelo princípio:

- (A) da cidadania.
- (B) do pluralismo político
- (C) da igualdade entre os Estados.
- (D) da erradicação da pobreza e da marginalização.
- (E) dos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

QUESTÃO 17

Sobre o processo legislativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a jurisprudência do Supremo, a Constituição não pode ser emendada apenas na vigência de estado de defesa e de estado de sítio.
- II. Antes de deliberar sobre a abolição do voto direto, necessária seria a elaboração de emenda constitucional para revogar o dispositivo que institui as cláusulas pétreas.
- III. Por força do princípio da separação dos poderes, é defeso ao Poder Judiciário examinar os requisitos de relevância e urgência da medida provisória.
- IV. Para que o Presidente da República edite lei delegada, é necessária a autorização do Congresso Nacional, por meio de resolução.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I, III e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) IV, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 18

Considere as alternativas a seguir, acerca do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, e assinale a que estiver correta.

- (A) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite controle de normas constitucionais originárias, desde que incompatíveis com princípios não escritos ou postulados da justiça.
- (B) Embora realizado preponderantemente pelo Poder Judiciário, a doutrina menciona exemplos de controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo, como a rejeição de medida provisória inconstitucional.
- (C) É possível o controle judicial do processo legislativo, pela via incidental, exercido por meio da impetração de mandado de segurança, bem como mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) Nos termos da Constituição, o Congresso Nacional pode sustar decreto presidencial que explore os limites do poder regulamentar, realizando controle preventivo de constitucionalidade.

- (E) O Partido Político com representação no Congresso Nacional pode propor ação direta de inconstitucionalidade, desde que demonstre pertinência temática.

QUESTÃO 19

Considere hipótese em que a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, admite acusação contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) Admitida a acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente ficará automaticamente suspenso de suas atividades.
- (B) O afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato dependerá de instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (D) Admitida a acusação, a Câmara dos Deputados analisará o afastamento do Presidente da República, que observará prazo máximo de 90 dias.
- (E) O afastamento do Presidente da República dependerá do resultado do julgamento do processo pelo Senado Federal, consoante princípio da presunção da inocência.

QUESTÃO 20

Com relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Presidente da República e ao Congresso Nacional nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- (B) Em caso de impedimento do Vice-Presidente da República, será chamado a sucedê-lo o Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Nos termos da Constituição Federal, atentar contra o exercício dos direitos políticos constitui crime de responsabilidade do Presidente da República.
- (D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos primeiros dois anos do período presidencial, far-se-á eleição 180 dias depois de aberta a última vaga.
- (E) Compete privativamente ao Presidente da República autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União.

QUESTÃO 21

Sobre as entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta, criadas por lei para desempenhar funções próprias e típicas do Estado.
- (B) Os Estados podem criar suas próprias autarquias, assim como podem criar autarquia interestadual mediante convergência de diversas unidades federadas.
- (C) As empresas públicas exploradoras de atividade econômica, tais como o INMETRO, não precisam realizar procedimento licitatório para contratação de serviços relacionados à sua atividade-fim.
- (D) De acordo com jurisprudência do STJ, cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (E) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas sob a forma de sociedade anônima, com controle societário privado, tendo por objetivo a exploração de atividade econômica.

QUESTÃO 22

São exemplos de autarquia e sociedade de economia mista, respectivamente:

- (A) Conselho Regional de Farmácia e BNDES.
- (B) INSS e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- (C) Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.
- (D) INSS e Casa da Moeda do Brasil.
- (E) Banco Central do Brasil e PETROBRAS.

QUESTÃO 23

Sobre a responsabilidade civil do Poder Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público baseia-se no risco administrativo, sendo objetiva.
- II. A Constituição Federal estabelece responsabilidade extracontratual subjetiva às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, facultando ação de regresso em face do funcionário causador do prejuízo.
- III. Na hipótese de dano causado ao usuário do serviço público prestado mediante concessão, a concessionária privada responderá direta e objetivamente pelo prejuízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 24

Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Está em conformidade com o princípio da moralidade o ato praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.
- (B) O Poder Judiciário e o Poder Legislativo, no exercício atípico da função administrativa, não estão sujeitos aos princípios constitucionais da Administração Pública, em razão do princípio da legalidade estrita.
- (C) Está em consonância com o princípio da publicidade e com o texto constitucional o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) O princípio da publicidade autoriza a divulgação de salários e vencimentos praticados no âmbito da Administração, vedando apenas a individualização dos servidores.
- (E) O princípio da eficiência não se aplica aos entes da Administração Pública indireta, pois estão submetidos a regime jurídico de direito privado, adstrito à persecução do lucro.

QUESTÃO 25

Em situação hipotética, quando reinavam condições fáticas que não violavam o interesse público, a Administração Pública editou um ato de autorização para extrair areia de rio. Como a atividade consentida passou a criar malefícios à natureza, a Administração providenciou a retirada do ato administrativo, notadamente por critérios de conveniência e oportunidade. Assinale a alternativa correta, com relação à forma de extinção do ato administrativo.

- (A) Anulação.
- (B) Caducidade.
- (C) Revogação.
- (D) Extinção subjetiva.
- (E) Extinção objetiva.

QUESTÃO 26

Com relação aos elementos e requisitos de validade do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ato administrativo praticado sem a observância de qualquer de seus elementos estará contaminado de vício de legalidade e estará, como regra, sujeito à anulação.
- II. Para que ocorra o fenômeno da delegação de competências, é necessário que haja norma expressa autorizadora, normalmente de lei.
- III. No direito público não se admite manifestação da vontade administrativa por meio de gestos ou sinais, como no direito privado. O ato administrativo deve ser escrito, registrado e publicado, consoante princípio da solenidade das formas.
- IV. Nas hipóteses em que o vício de forma constituir mera irregularidade, sem afetar a órbita jurídica de quem quer que seja, não haverá anulação do ato, mas simples correção, formalizada pelo instituto da convalidação.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

QUESTÃO 27

[...] o Estado precisa ter mecanismos próprios que lhe permitam atingir os fins que colima, mecanismos esses inseridos no direito positivo e qualificados como verdadeiros poderes ou prerrogativas especiais de direito público.

(Carvalho Filho, Manual de Direito Administrativo)

Considerando o texto acima indicado, bem como as considerações doutrinárias sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de licença para funcionamento de estabelecimento comercial constitui exemplo de atuação administrativa fundada no poder normativo.
- (B) A autoridade que se afastar da finalidade pública, sob a escusa do poder de polícia, incidirá em desvio de poder e acarretará a nulidade do ato.
- (C) Sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração encontram fundamento no poder disciplinar do Estado.
- (D) Os atos de polícia devem ser praticados apenas por autoridades vinculadas diretamente às Secretarias de Segurança Pública.
- (E) Verificando falta praticada por servidor, a Administração tem liberdade de escolha entre punir e não punir, pois o poder disciplinar é discricionário.

QUESTÃO 28

Sobre a prescrição, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código de Processo Civil, a prescrição deve ser alegada com a contestação, sob pena de preclusão.
- II. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- III. Haverá resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- IV. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) III e IV, somente.

QUESTÃO 29

Sobre as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.
- (B) Nos termos do Código de Processo Civil, a ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- (C) Serão remetidos ao juízo federal competente os processos nos quais intervier a União, incluindo as ações de recuperação judicial e falência.
- (D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.
- (E) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente, consoante regra do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 30

Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
- (B) Nos termos do Código de Processo Civil, o ato praticado antes do termo inicial do prazo será considerado tempestivo.
- (C) Segundo jurisprudência do STJ, é defeso ao juiz reduzir prazos peremptórios com ou sem anuência das partes, salvo nos casos de calamidade pública.
- (D) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- (E) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

QUESTÃO 31

Com relação ao procedimento comum, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário do próprio Código de Processo Civil ou de lei.
- (B) O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.
- (C) No procedimento comum, ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz determinará que o Autor a emende ou a complete, no prazo de 15 dias.
- (D) Indeferida a petição inicial, o Autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao Juiz o prazo de 5 dias para retratar-se da decisão.
- (E) Para tramitar sob o procedimento comum, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

QUESTÃO 32

Sobre o procedimento dos Juizados Especiais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É lícito ao réu, em sede de reconvenção, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- (B) O insolvente civil e a massa falida não podem ser parte nos processos cíveis instituídos com base na lei do Juizado Especial Cível.
- (C) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.
- (D) Não será admitida, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiros, muito embora se admita a formação de litisconsórcio.
- (E) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, e quando opostos contra a sentença suspenderão o prazo para interposição de eventual recurso.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal enumerou algumas regras de Direito Tributário, visando à proteção do contribuinte e à limitação do poder de tributar. Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio constitucional da vedação ao confisco aplica-se igualmente às multas tributárias, limitando o poder do Estado na instituição e na cobrança de penalidades.
- II. A despeito do princípio constitucional da uniformidade, admite-se a concessão de incentivos fiscais para promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do Brasil.
- III. As limitações ao poder de tributar podem ser reguladas, nos termos da Constituição Federal, por lei complementar ou por lei ordinária.
- IV. Muito embora consolidado como princípio constitucional tributário, o princípio da anterioridade não tem natureza jurídica de garantia individual.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 34

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. É compatível com a Carta Magna a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do Imposto de Exportação.

PORQUE

- II. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite violação de competência privativa do Presidente da República (alterar alíquota do imposto de exportação), para fortalecer seu poder de agenda e evitar que o Chefe do Executivo perca governabilidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (B) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
- (E) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

QUESTÃO 35

Sobre as imunidades tributárias, assinale a alternativa que está em desacordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do STF.

- (A) É defeso à União instituir impostos sobre templo de qualquer culto, especialmente sobre o patrimônio, a renda e os serviços dessas entidades, independentemente de suas finalidades essenciais.
- (B) Para concessão de imunidade sobre livros, jornais e periódicos é prescindível a apresentação de prova do valor cultural ou pedagógico da publicação.
- (C) O imóvel pertencente ao partido político, quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade.
- (D) Os valores investidos e a renda auferida pelo membro da federação são imunes a impostos, consoante garantia constitucional da imunidade recíproca.
- (E) As imunidades tributárias não se confundem com a possibilidade de os entes federativos concederem isenções, que correspondem a dispensa de pagamento do tributo por expressa disposição legal e não constitucional.

QUESTÃO 36

De acordo com a CLT, aponte a alternativa correta acerca do recurso de revista.

- (A) O TST, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica e social, apenas.
- (B) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo e suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- (C) O recurso de revista que aborda execução de sentença para ser admitido depende de demonstração inequívoca de violência direta a lei ordinária ou à CF.
- (D) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por Súmula do TST, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do TST.
- (E) Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o TST deverá desconsiderar o vício.

QUESTÃO 37

A terceirização é conceituada pela doutrina como sendo a contratação de trabalhadores por empresa ou pessoa interposta, isto é, o serviço é prestado por meio de uma relação triangular da qual fazem parte o trabalhador, a empresa prestadora de serviços e a tomadora desses serviços. Nessa esteira, conforme entendimento do TST:

- (A) não havendo pessoalidade e subordinação direta no caso de contratação dos serviços de vigilância, de conservação e limpeza, não se forma vínculo de emprego com o tomador, o que não ocorre nos casos de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador.
- (B) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, diante da previsão contida no art. 37, II, da CF.
- (C) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal em caso de trabalho temporário da Lei nº 6.019/74, formando-se vínculo diretamente com a empresa de trabalho temporário.
- (D) a responsabilidade dos entes da Administração pública sobre as obrigações trabalhistas não cumpridas pelo empregador é subsidiária, independentemente de verificação de conduta culposa ou fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora do serviço como empregadora.
- (E) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO SISTEMA CFC/CRC's

QUESTÃO 38

De acordo com Decreto-Lei nº 9.295/46, não é considerado trabalho técnico de contabilidade:

- (A) coordenação da abertura, do registro e do protocolamento de processos pertinentes à fiscalização contábil.
- (B) organização e execução de serviços de contabilidade em geral.
- (C) escrituração dos livros obrigatórios.
- (D) prestação de assistência aos Conselhos Fiscais das Sociedades Anônimas.
- (E) execução de revisão de balanços e de contas em geral.

QUESTÃO 39

Com relação ao voto para eleições internas dos CRC ou CFC, é correto afirmar que:

- (A) é obrigatório e pessoal.
- (B) é facultativo aos legalmente impedidos.
- (C) é obrigatório, mas não é secreto.
- (D) é facultativo aos idosos.
- (E) admite justificativa aos enfermos por moléstia grave e aos que estiverem em viagem ao exterior.

QUESTÃO 40

A respeito dos procedimentos processuais, é correto afirmar que:

- (A) os atos processuais serão produzidos preferencialmente em vernáculo nacional, em duas vias por escrito, com data, hora e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (B) a autenticação de documentos e o reconhecimento de firmas serão obrigatoriamente feitos em todos os procedimentos.
- (C) salvo previsão legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- (D) se admitem, nos atos e termos, espaços em branco, emendas ou rasuras, desde que sejam ressalvadas em negrito.
- (E) os documentos devem ser juntados ao processo em ordem cronológica e devem ser rubricados; as folhas não precisam ser numeradas sequencialmente e apenas rubricadas.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

QUESTÃO 41

Conforme o Decreto nº 3.555/2000, não é atribuição do pregoeiro:

- (A) a adjudicação da proposta de menor preço.
- (B) a homologação do resultado da licitação e a promoção da celebração do contrato.
- (C) a elaboração da ata.
- (D) o credenciamento dos interessados.
- (E) o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos.

QUESTÃO 42

Analise as seguintes afirmativas.

- I. É vedada a exigência de prévia inscrição no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf para efeito de habilitação em licitação.
- II. A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, é admitida nas hipóteses em que houver nexos efetivos entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, sendo dispensada a comprovação da compatibilidade com os preços de mercado.
- III. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo de licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Segundo o Tribunal de Contas da União – TCU, está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 43

A Lei Federal nº 8.666/93, expressamente, estabelece como modalidades de licitação:

- (A) convite, leilão, pregão, tomada de preços.
- (B) concorrência, regime diferenciado de contratação, tomada de preços, leilão.
- (C) concurso, pregão, concorrência, leilão.
- (D) convite, leilão, concorrência, concurso.
- (E) tomada de preços, convite, regime diferenciado de contratação, pregão.

QUESTÃO 44

Na definição do serviço a ser contratado, são vedadas as especificações que:

- (A) incrementem a competitividade do certame.
- (B) impeçam o direcionamento ou o favorecimento de um prestador específico para a contratação.
- (C) representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade.
- (D) agreguem valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão.
- (E) estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.

QUESTÃO 45

Sobre a licitação tipo “técnica e preço”, analise as afirmativas.

- I. Deverá ser excepcional, sendo admitida para serviços de natureza predominantemente intelectual.
- II. Deverá ser excepcional, sendo admitida para a contratação de serviços que possam ser executados com diferentes metodologias, tecnologias, alocação de recursos humanos e materiais e que todas as soluções disponíveis no mercado atendam às necessidades da administração.
- III. Permite a atribuição de fatores de ponderação distintos para os índices técnica e preço, dispensando justificativa para essa opção.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, somente.

QUESTÃO 46

Não é hipótese de dispensa de licitação:

- (A) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (C) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (D) a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

- (E) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

QUESTÃO 47

Analise as afirmativas sobre o Sistema de Registro de Preços.

- I. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/93, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- II. O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.
- III. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- IV. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, o que influirá no resultado do certame em relação ao licitante inicialmente mais bem classificado.

Não está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) IV, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II, somente.
- (E) I, somente.

QUESTÃO 48

Não caberá ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços:

- (A) promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório.
- (B) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório.
- (C) consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização.
- (D) confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos qualitativos e projeto executivo.
- (E) realizar o procedimento licitatório.

QUESTÃO 49

É procedimento a ser observado no julgamento de propostas nas licitações tipo “técnica e preço”:

- (A) a aferição mediante critérios subjetivos do fator qualidade, admitindo-se a indicação de entidade certificadora específica, podendo o órgão assegurar-se de que o certificado se refira à área compatível com os serviços licitados.
- (B) a atribuição de pontuação progressiva a um número crescente de atestados comprobatórios de experiência de idêntico teor.
- (C) a atribuição de pontuação ao fator desempenho não poderá ser feita com base na apresentação de atestados relativos à duração de trabalhos realizados pelo licitante.
- (D) a análise da qualificação do corpo técnico que executará o serviço não exige qualquer correspondência entre a equipe técnica pontuável e aquela que executará o futuro contrato.
- (E) a apresentação e a comprovação pelo licitante de no mínimo três atestados relativos a cada um dos quesitos de capacidade técnica.

QUESTÃO 50

Analise as seguintes afirmativas.

- I. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.
- II. É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.
- III. A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a qualidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Segundo o Tribunal de Contas da União – TCU, está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 51

Analise as seguintes afirmativas sobre a modalidade de licitação Pregão.

- I. A licitação do tipo “menor preço” para a contratação de serviços considerados comuns deverá ser realizada na modalidade Pregão, conforme dispõe o Decreto nº 5.450/05, preferencialmente na forma eletrônica.
- II. O uso do pregão nas contratações de quaisquer serviços de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/02.
- III. Em consequência da padronização existente no mercado de TI, a maioria dos bens e serviços de tecnologia da informação está aderente a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, sendo, portanto, via de regra, considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) todas.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

QUESTÃO 52

Sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, é correto o que se afirma em:

- (A) Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, sempre será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.
- (B) Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- (C) Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as entidades contratantes deverão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais.
- (D) Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, os órgãos e as entidades contratantes poderão reservar cota de até vinte por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- (E) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte é condição para participação na licitação.

QUESTÃO 53

Não é cláusula necessária em todo contrato regido pela Lei Federal nº 8.666/93 a que estabeleça:

- (A) o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (B) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- (C) os casos de rescisão.
- (D) a garantia, prestada na modalidade de caução, e exigida em todos os contratos administrativos.
- (E) o regime de execução ou a forma de fornecimento.

QUESTÃO 54

Constitui(em) motivo(s) para rescisão do contrato:

- I. o cumprimento regular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- II. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, por justo motivo previamente comunicado à Administração.
- III. o atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

Segundo a Lei nº 8.666/93, está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 55

A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, não sendo aspecto de mensuração:

- (A) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.
- (B) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.
- (C) os recursos humanos empregados, em função da faixa etária, do gênero e da formação profissional exigidas.
- (D) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados.
- (E) a satisfação do público usuário.

QUESTÃO 56

Analise as afirmativas sobre Serviços de Limpeza e Conservação.

- I. É requisito necessário do Projeto Básico para a contratação dos serviços de limpeza e conservação a produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação servente por encarregado.
- II. Os órgãos deverão utilizar as experiências e parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à administração pública.
- III. O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, cada jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.

Segundo a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPFG, não é correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 57

Segundo a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPFG, nas contratações de serviço de vigilância, não é escala de trabalho para Posto de Vigilância:

- (A) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes.
- (B) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.
- (C) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.
- (D) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.
- (E) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.

QUESTÃO 58

Conforme Decreto nº 5.450/2005, não é atribuição da autoridade competente:

- (A) determinar a abertura do processo licitatório.
- (B) adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso.
- (C) indicar o vencedor do certame.
- (D) celebrar o contrato.
- (E) homologar o resultado da licitação.

QUESTÃO 59

Considerando que “*Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte*” (caput artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006), assinale a alternativa correta.

- (A) Na modalidade de pregão, entendem-se por empate aquelas situações em que os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao lance melhor classificado.
- (B) Na modalidade de pregão, entendem-se por empate aquelas situações em que os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores ao lance melhor classificado.
- (C) Na modalidade de pregão, entendem-se por empate aquelas situações em que os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 20% (vinte por cento) superiores ao lance melhor classificado.
- (D) Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- (E) Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 20% (vinte por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

QUESTÃO 60

Analise as seguintes afirmativas seguintes.

- I. As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas exclusivamente pelos administradores dos Poderes da União.
- II. A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes do processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- III. As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.

Segundo o Tribunal de Contas da União – TCU, está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) todas.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1 **Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de seu texto, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.**
- 2 A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
- 3 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
- 4 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- 5 O texto deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
- 6 O candidato receberá nota igual a zero em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no item 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

Por força de sentença penal condenatória transitada em julgado, Marcos e José foram condenados, respectivamente, a 10 e 15 anos de prisão e estão recolhidos em presídio do Estado.

Em decorrência de diversos desentendimentos, entraram em combate corporal ocasionando a morte de José, por espancamento.

A mulher de José e seu filho, menor de idade, ajuizaram ação de responsabilidade civil, visando à condenação do Estado a ressarcir-los dos danos morais sofridos.

Com fundamento na Constituição Federal, na jurisprudência dos Tribunais Superiores e na doutrina, discorra, em texto dissertativo em prosa, sobre a responsabilidade civil do Estado, esclarecendo os seguintes itens:

- a. a responsabilidade civil da Administração Pública, por omissão de seus agentes, pelo dano causado ao presidiário morto dentro da penitenciária;
- b. se na hipótese narrada acima, o Estado responderia pelo dano causado.

FOLHA DE RASCUNHO (em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

AO RECEBER SUA FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, NÃO ASSINE E NÃO ULTRAPASSE 30 LINHAS.

ESPAÇO PARA RASCUNHO